

ANNELISE VARANDA DANTE ABDALLA

**A PROTEÇÃO DA FAUNA E O TRÁFICO DE ANIMAIS
SILVESTRES**

**Piracicaba, SP
2007**

ANNELISE VARANDA DANTE ABDALLA

**A PROTEÇÃO DA FAUNA E O TRÁFICO DE ANIMAIS
SILVESTRES**

Orientador: Prof. Dr. PAULO AFFONSO LEME MACHADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Direito) da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Professor Doutor Paulo Affonso Leme Machado.

**Piracicaba, SP
2007**

Dados para catalogação:

ABDALLA, A. V. D. **A proteção da fauna e o tráfico de animais silvestres**. Universidade Metodista de Piracicaba, 2007. Dissertação (Pós-Graduação, Curso de Mestrado em Direito). Orientador: Professor Doutor Paulo Affonso Leme Machado.

1. Fauna silvestre; 2. Proteção da fauna silvestre; 3. Tráfico de animais silvestres.

A PROTEÇÃO DA FAUNA E O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Autora: Annelise Varanda Dante Abdalla

Orientador: Professor Doutor Paulo Affonso Leme Machado

BANCA EXAMINADORA

____/____/2007

Professor Doutor Paulo Affonso Leme Machado
Orientador

Professora Doutora Helita Barreira Custódio

Professor Doutor Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por iluminar minha caminhada.

Ao Professor Doutor **Paulo Affonso Leme Machado**, pela confiança em mim depositada, pela oportunidade oferecida, pelos ensinamentos jurídicos e humanos proporcionados, pela orientação e amizade, minha eterna gratidão.

Ao meu pai, **Luiz Roberto Dante**, exemplo na minha vida acadêmica, pela constante ajuda e estímulo.

À minha mãe, **Maria Odete**, e ao meu irmão, **Luís Felipe**, pelo apoio e paciência.

Ao meu esposo, **Marcelo**, pelo companheirismo, paciência e compreensão em todos os momentos.

Aos amigos da 2ª Vara Federal de Piracicaba, em especial, à MMª Juíza Federal, Dra. **Rosana Campos Pagano**, e ao Diretor de Secretaria, **Carlos Alberto Pilon**, pela confiança, compreensão e incentivo.

À **Noemi** e **Sandra**, pela contribuição e incentivo nesta jornada.

Aos **professores** e **funcionários** do Curso de Mestrado em Direito, pelo precioso auxílio.

RESUMO

O planeta encontra-se ameaçado devido à exploração desordenada de seus recursos naturais; entre eles, a fauna silvestre. Um dos responsáveis pelo crescente aumento das espécies ameaçadas de extinção, não só no Brasil, mas no mundo, é o tráfico de animais silvestres. Tal fato despertou o interesse em pesquisar a atual situação do tráfico de animais silvestres no Brasil e quais as principais dificuldades, problemas e algumas soluções apontadas para seu combate. Da análise de três importantes documentos referentes ao tráfico de animais silvestres, quais sejam, os relatórios da RENTAS (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres), da CPITRAFI (Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira) e o da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, foram verificados que vários são os fatores responsáveis pelo do tráfico de animais silvestres, entre eles destacam-se os fatores sociais, culturais, econômicos e legais, sendo as soluções sugeridas para seu combate as seguintes: criação de políticas públicas que ofereçam maiores oportunidades de educação e emprego para essas pessoas; campanhas ambientais no sentido de conscientizar as pessoas da importância de manter os animais em seu *habitat* natural e preservá-los; educação ambiental, para que haja uma mudança comportamental nas pessoas em relação a este assunto; consolidação de todos os diplomas legais referentes à proteção da fauna, com a criação de uma Política Nacional de Proteção da Fauna, criação de um tipo penal específico para o tráfico de animais silvestres punindo severamente os traficantes, entre outras. Este estudo identificou várias dificuldades e problemas no combate ao tráfico de animais silvestres, mas algumas soluções foram apontadas, sendo necessário que o Poder Público e a sociedade cumpram seu dever constitucional de proteção à fauna, nos termos do artigo 23, inciso I e VII e do artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal, para que elas sejam eficazes e os nossos animais salvos da extinção.

Palavras-chaves: Fauna silvestre; Proteção da fauna silvestre; Tráfico de animais silvestres.

ABSTRACT

The planet is threatened due to the disarranged exploitation of its natural resources; among them, the wild fauna. One of the responsible for the endangered species increasing, not only in Brazil, but also in the world, is the wild animal trade. Such situation awoke the research on the Brazilian wild animal trade nowadays, showing the main difficulties, problems and some solutions for its struggle. From the analyses of three important document, related to the wild animal trade, which are: the reports RENTAS (Struggle National Net to the Wild Animal Trade), CPITRAFIC (Legislative Investigation Committee responsible for investigating the Brazilian Flora and Fauna Wild Species Illegal Trade) and Sao Paulo Environmental Military Police, had been verified several factors are responsible for the wild animal trade as social, cultural, economic and legal, the following suggestions had been set up for the trade struggle: the elaboration of public policies for better educational and job opportunities; environmental campaigns for becoming people aware of keeping and protecting the animals in their natural habitat; environmental education for becoming people aware of a behavioral changing concerned to this issue; the consolidation of all fauna protection statute with the elaboration of Fauna Protection National Policy and a specific type of offense for the wild animal trade punishing severely the animal trader, among others. This study identified several difficulties and problems in the wild animal trade struggle and some solutions were shown, being the governmental policy willing and the society cooperation necessary for them to be effective and minimize the endangered of the wild animal, other solutions had been observed, being necessary that the Public Power and the society execute their fauna protection constitutional duty, based on the article 23, incises I and VII and on the article 225, 1st §, incise VII of the Federal Constitution for them to be effective and our animals could be save from the endangered.

KEYWORDS: Wild fauna; Wild fauna protection; Wild animal trade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CETAS: Centro de Triagem de Animais Silvestres

CITES: Convenção sobre Comércio Internacional das espécies da flora e da fauna selvagem em perigo de extinção.

CPITRAFI: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira

CoP: Conferência das Partes

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IUCN (em inglês): União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais, também conhecida como União Mundial para a Conservação da Natureza

MMA: Ministério do Meio Ambiente

OTN: Obrigações do Tesouro Nacional

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RENTAS: Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

SEAP: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

SUDEPE: Superintendência do Departamento de Pesca

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNESP: Universidade Estadual Paulista

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA FAUNA.....	16
1.1 Conceito de fauna.....	16
1.2 Classificação da fauna.....	17
1.3 Conceito de fauna na legislação brasileira.....	18
1.4 Conceito de fauna silvestre.....	20
1.5 Titularidade da fauna.....	25
1.6 Sobre a importância da fauna.....	32
1.6.1 Da finalidade/função ecológica.....	32
1.6.2 Da finalidade/função científica e medicinal.....	34
1.6.3 Da finalidade/função pedagógica e recreativa.....	34
1.6.4 Da finalidade/função de higienização mental.....	36
1.6.5 Da finalidade/função cultural.....	36
1.6.6 Das finalidades/funções diversas.....	38
1.7 Natureza jurídica da fauna.....	39
1.8 Principais causas de extinção das espécies animais.....	43
1.8.1 Fragmentação e destruição de <i>habitats</i>	43
1.8.2 Introdução de espécies exóticas.....	44
1.8.3 Extinção em cadeia.....	46
1.8.4 Caça e comércio ilegal.....	47
1.9 Competência para legislar e proteger a fauna.....	48
1.10 Instrumentos processuais de proteção à fauna.....	48
1.10.1 Ação civil pública.....	48
1.10.2 Ação penal.....	53
2 DISPOSITIVOS LEGAIS DE PROTEÇÃO À FAUNA BRASILEIRA.....	60
2.1 A fauna e a Constituição Federal brasileira.....	60
2.2 A proteção da fauna silvestre.....	62
2.2.1 Sobre a caça.....	68
2.2.2 Sobre a pesca.....	83
2.2.2.1 Definição de pesca.....	84
2.2.2.2 As modalidades de pesca.....	84
2.2.2.3 O órgão responsável pela pesca.....	88

2.2.2.4 As infrações contra a fauna aquática.....	89
2.2.2.5 A proteção dos cetáceos.....	96
2.2.3 Restrição à introdução de espécies animais no território brasileiro.....	97
2.2.4 A proibição de exportação de peles e couros de anfíbios e répteis.....	98
2.3 Da crueldade contra os animais.....	101
2.3.1 Da crueldade contra os animais no âmbito da Lei de Contravenções Penais.....	105
2.3.2 Da crueldade contra os animais e a Lei dos Crimes Ambientais.....	106
2.4 Sobre a vivissecação de animais.....	108
2.5 Sobre o abate de animais para consumo humano.....	114
2.6 Sobre os jardins zoológicos.....	118
2.7 Sobre os rodeios.....	122
2.8 A proteção da fauna nas unidades de conservação.....	129
3 A PROTEÇÃO DA FAUNA NA CONVENÇÃO SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGEM EM PERIGO DE EXTINÇÃO - CITES.....	133
3.1 Do objetivo da CITES.....	135
3.2 Da estrutura da CITES.....	136
3.2.1 Sobre a conferência das partes.....	137
3.2.2 Sobre a secretaria da CITES.....	138
3.2.3 Sobre o comitê permanente.....	139
3.2.4 Sobre os comitês especializados.....	140
3.2.4.1 Os comitês de animais e de plantas.....	140
3.2.4.2 O comitê de nomenclatura.....	142
3.3 Das definições da CITES.....	143
3.4 Das espécies protegidas pela CITES.....	144
3.5 Dos procedimentos para a realização do comércio internacional das espécies incluídas nos Anexos I, II e III.....	152
3.5 Da autoridade administrativa e científica no Brasil: IBAMA.....	157
3.6 Das licenças e certificados da CITES.....	158
3.7 Das isenções à aplicação dos dispositivos da CITES.....	160
3.8 Da obrigatoriedade das disposições da CITES.....	161
3.9 Da eficácia da CITES.....	162

3.10 A União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais – IUCN.....	164
3.10.1 A lista vermelha da IUCN sobre as espécies ameaçadas de extinção.....	165
3.10.1.1 Última lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da IUCN.....	168
3.10.1.2 Espécies da América do Sul ameaçadas de extinção e presentes na lista vermelha da IUCN.....	168
3.10.1.3 Espécies brasileiras ameaçadas de extinção e presentes na lista vermelha da IUCN.....	169
3.11 A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.....	170
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL.....	173
4.1 Dados e características do tráfico de animais no Brasil constantes no 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre produzido pela RENCITAS.....	173
4.1.1 O início do tráfico de animais silvestres no Brasil.....	174
4.1.2 As modalidades do tráfico de animais silvestres no Brasil....	177
4.1.3 Rotas do tráfico de animais silvestres no Brasil.....	181
4.1.4 Principais mecanismos fraudulentos ligados ao tráfico de animais silvestres.....	181
4.1.4.1 Contrabando.....	183
4.1.4.2 Uso de documentos legais para encobrir produtos ilegais.....	183
4.1.4.3 Uso de documentos falsos.....	183
4.1.5 Os atores do tráfico de animais silvestres.....	184
4.1.5.1 Fornecedores.....	185
4.1.5.2 Intermediários.....	186
4.1.5.3 Consumidores.....	187
4.1.6 Estimativas numéricas do comércio ilegal de animais silvestres..	187
4.1.7 Principais espécies de animais silvestres comercializadas ilegalmente.....	190
4.1.7.1 Aves.....	190
4.1.7.2 Répteis.....	192
4.1.7.3 Mamíferos.....	194
4.1.7.4 Outros animais.....	195

4.1.8 Atividades ilegais ligadas ao tráfico de animais silvestres.....	196
4.1.9 Conseqüências oriundas do tráfico de animais silvestres.....	197
4.1.9.1 Conseqüências sanitárias.....	198
4.1.9.2 Conseqüências sócio-econômicas.....	199
4.1.9.3 Conseqüências ecológicas.....	200
4.1.10 Destino da fauna silvestre apreendida no tráfico de animais silvestres.....	202
4.1.11 Principais problemas e dificuldades no combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil e possíveis soluções apontadas pelo relatório da RENTAS.....	203
4.2 Comentários da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira: a CPITRAFI em relação ao tráfico de animais silvestres no Brasil.....	206
4.3 Tráfico de animais silvestres no estado de São Paulo.....	211
4.4 A punição do tráfico de animais silvestres na esfera penal.....	217
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232